

## TCE-PE adere a projeto de comunicação da Atricon



O TCE-PE aderiu ao projeto Comunica, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a iniciativa quer mapear as necessidades das unidades de comunicação dos Tribunais de Contas para, em seguida, promover capacitações. O projeto inclui mentorias online, treinamentos com especialistas e entrega de planos de comunicação personalizados.

De acordo com o presidente da Atricon, conselheiro Cezar Miola, o Projeto Comunica “pretende utilizar a comunicação pública como instrumento de transformação, de educação e de desenvolvimento social, qualificando as informações que são oferecidas à população e instruindo sobre os serviços públicos a ela disponibilizados”.

## Pleno homologa cautelar sobre servidores estaduais cedidos

O Pleno do TCE-PE homologou a medida cautelar expedida pelo conselheiro Eduardo Porto que suspendia, de maneira parcial, a ordem de retorno imediato dos servidores estaduais cedidos à Prefeitura do Recife.

Na cautelar, o conselheiro Eduardo Porto, relator dos processos da Secretaria de Administração do Estado (SAD), havia decidido que, no caso dos servidores em cargos de natureza política, como secretários e secretários executivos, “o retorno ao órgão cedente deve ocorrer apenas ao final do ciclo para o qual foram requisitados”, isto é, em 31 de dezembro de 2024. Quanto aos servidores lotados em cargos de chefia e assessoramento, a cautelar recomendou à SAD que adote um período de transição caso a caso, com prazo de até 180 dias para retorno ao órgão de origem. Servidores cedidos mas sem função política ou gerencial devem retornar imediatamente.

Em seu voto, o relator reafirmou a posição da cautelar, no que foi seguido pelos conselheiros Dirceu Rodolfo, Ranilson Ramos, Rodrigo Novaes e Marcos Loreto. O conselheiro Carlos Neves foi o voto vencido.

## Combate à desertificação do semiárido



Os resultados da Auditoria Operacional Coordenada Regional em Políticas Públicas de Combate à Desertificação do Semiárido foram apresentados, nesta semana, ao presidente do Banco do Nordeste, Paulo Câmara, e ao superintendente da Sudene, Danilo Cabral. Feita em conjunto pelos TCEs de Pernambuco, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte, sob coordenação do TCE da Paraíba, a auditoria concluiu que, dos municípios à União, são insuficientes as políticas públicas e o monitora-

mento da crescente desertificação do semiárido nordestino.

“A desertificação é um fato muito visível para os nordestinos, mas que aparenta ser invisível para o restante do Brasil. Daí veio a necessidade da gente ir até estas entidades regionais e nacionais, para além dos estados”, afirmou o conselheiro Carlos Neves, relator do processo no TCE-PE.

Siga o TCE nas redes sociais

